



Mais de 5 milhões de crianças vivem no Brasil sem o nome do pai na certidão de nascimento

2007 | ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE MÃES SOLTEIRAS - APEMAS

por Andrea Dip

ELA TEM UMA FAMÍLIA FELIZ

EM PERNAMBUCO, UM GRUPO DE MÃES SOLTEIRAS RESOLVEU CUIDAR, ALÉM DOS SEUS FILHOS, UMAS DAS OUTRAS. ELAS AJUDARAM A CRIAR MAIS DIREITOS PARA TODAS AS MÃES DO BRASIL

Foi pouco depois do parto que Marli viu seu companheiro sumir. Ou melhor, abandoná-la com o bebê, seu primeiro filho. Marli da Silva tinha 30 anos. E o sujeito não chegou a registrar a criança. Para sustentar a família de dois, Marli diz que fez "tudo que uma mãe sozinha faz para garantir a sobrevivência dela e do filho": vendeu chocolate na rua, produtos de beleza, lavou roupa, trabalhou em bar. Mas na labuta, Marli não descobriu apenas que era difícil pagar as contas e criar uma criança assim, sozinha. Descobriu também que, como mãe solteira, não

O TRABALHO SERVIU DE REFERÊNCIA PARA O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA INSTITUIR O MODELO EM TODO O PAÍS. HOJE NO BRASIL NÃO SE PAGA MAIS PARA RECONHECER PATERNIDADE TARDIA

estava exatamente assim, sozinha.

Segundo dados do IBGE, em 2010, 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios registrados eram comandados por mulheres; e de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em mais

de 42% destes lares a mulher vivia com os filhos, sem marido ou companheiro.

Mas Marli nem precisou dos dados, nem precisou esperar o IBGE, para lutar por seus direitos e de todas as mães que estavam em condições parecidas com

a sua. E fundou, em 1991, a Associação Pernambucana das Mães Solteiras (Apemas).

“Comecei a buscar mulheres que estavam na mesma situação que eu, que tinham sido abandonadas pelos companheiros e estavam passando por dificuldades, para a gente se ajudar”, lembra. “No começo elas tinham vergonha de par-

DEPOIS DE 25 ANOS, A APEMAS CONSEGUIU SOLUCIONAR MAIS DE 50 MIL CASOS: “O FUNDO BRASIL FOI ESSENCIAL PARA NOSSA TRAJETÓRIA. NÃO TERÍAMOS AVANÇADO TANTO SEM ESSE APOIO”

ticipar porque achavam que iriam sofrer ainda mais preconceito, porque mãe solteira é mãe largada. Até as famílias abandonam. Mas eu insisti e procurei identificar o que nós tínhamos em comum além de criar os filhos sozinhas. Descobri que a maioria das nossas crianças não tinham o nome do pai na certidão”.

E mais uma vez, os números comprovam a percepção de Marli. Segundo o Censo Escolar de 2011, 5,5 milhões de crianças vivem no Brasil sem o nome do pai na certidão de nascimento, o que equivale a cerca de 10% do total.

E no começo, foi por algo tão fundamental quanto o reconhecimento no papel que a Apemas passou promover debates na Câmara dos Vereadores e na Assembleia Legislativa, chamando o Ministério Público e associações de mulheres para discutir como o processo de reconhecimento de paternidade era difícil, burocrático, caro e demorado. “Os homens não queriam reconhecer a paternidade e mandavam as mulheres fazer exames de DNA. Que na época não existiam no estado e eram caríssimos. Eu comecei a cobrar das instituições uma

solução para esse problema, jogar farinha no ventilador mesmo” diz Marli.

A associação conseguiu um convênio com o Tribunal de Justiça para exames gratuitos de DNA para um número limitado de mulheres e depois lutou para que o governo do estado assumisse os gastos. “Hoje isso é política pública aqui em Pernambuco” comemora. Ainda assim, o

reconhecimento tardio de paternidade se-
guia lento e custoso. Na Justiça, os proces-
sos chegavam a demorar 10 anos e no car-
tório, quando o pai decidia registrar o filho
voluntariamente, custava caro. Por con-
ta disso, em 2006 a Apemas lançou uma
campanha em parceria com instituições
de Justiça para o reconhecimento paterno
voluntário, gratuito e sem burocracias, em
três municípios de Pernambuco. Em 5 dias,
foram 1700 registros.

Em 2007, a campanha “Seja um pai legal” durou 12 dias em todo o estado e conseguiu 5 mil reconhecimentos. As campanhas seguiram ainda por mais alguns anos.

“Após muita luta, foi oficialmente instituída a gratuidade para o reconhecimento paterno tardio aqui em Pernambuco e nosso trabalho serviu de referência para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituir o modelo em todo o país. Hoje no Brasil não se paga mais para reconhecer paternidade tardia. Foi uma grande vitória. A gente contabiliza que a Apemas, depois de 25 anos, conseguiu solucionar mais de 50 mil casos”

Hoje Marli cursa o 4º período de direito e prepara uma nova campanha para o

reconhecimento de paternidade nas penitenciárias, chamada “Maternidade além das Grades”, que visa atingir no mínimo mil crianças e fortalecer os vínculos entre presidiários e suas famílias.

“O Fundo Brasil de Direitos Humanos foi essencial para nossa trajetória, não teríamos avançado tanto sem esse apoio e certamente não teríamos conseguido levar a gratuidade do reconhecimento paterno tardio para todo o país. Firmamos nova parceria para essa campanha nos presídios, que tem uma agenda social tão importante. Só temos a agradecer” acrescenta.



A Apemas recebeu o apoio no início dos trabalhos do Fundo Brasil, em 2007, com o projeto “Ele é meu Pai – Paternidade, reconheça esse direito”. Também foi apoiada em 2011 por meio do projeto “Paternidade, direito de todos & todas” e voltou a ser agora, em 2016, quando o Fundo Brasil completa dez anos, com o projeto “Maternidade Além das Grades, mulheres e a busca dos vínculos afetivos e familiares”. Nas três ocasiões as propostas da associação foram selecionadas em editais anuais da fundação.

Quando falamos de direitos humanos no Brasil,

Não Tá Tranquilo Não Tá Favorável



Vivemos um momento em que forças conservadoras promovem a perda de direitos e retrocessos. O resultado é uma forte frustração. Para superar isso, quem sofre com a violência, a homofobia e o machismo deve fortalecer sua voz!

O apoio de todas e todos é fundamental!

Com a sua participação conseguimos apoiar ideias transformadoras e lideranças coletivas. Está na hora de construir o diálogo entre a geração que conquistou direitos e segue lutando e a geração que quer preservá-los e alcançar novos avanços.

VEJA QUEM JÁ ESTÁ PARTICIPANDO.



Lorelay Fox - Drag e YouTuber



Luana Hansen - Rapper e DJ Feminista



Isadora Cerullo - Jogadora de Futebol



Letícia Sabotella - Artista



Letícia Sabotella - Artista



Maria da Penha - Advogada e ativista

FAÇA PARTE DO MOVIMENTO. ACESSE:
naotatranquilonaotafavoravel.org

